

NOTA DA DIRETORIA DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO/CIMI À IMPRENSA por ocasião da sua reunião de outubro/80 em Brasília/D.F.

Diante da situação de impasse da política indigenista oficial e da resistência cada vez mais desesperada dos povos indígenas, o CIMI analisou os fatos mais recentes, que envolvem as comunidades indígenas e os missionários engajados no trabalho de uma pastoral indigenista.

Há quase um ano do assassinato do cacique Pankararé Ângelo Xavier, a situação indígena no país sofreu várias modificações, todas para o pior. Assim, a FUNAI estimula na área dos Pankararé/BA o conflito entre índios e posseiros; transfere ilegalmente numa ação policial a comunidade Kayová da fazenda Paraguassu/MS; insiste em transferir para a reserva do Rio das Cobras/PR 60 famílias Guarani, moradoras de Porto Irene, município de Foz do Iguaçu evitando assim, que a Bi-Nacional Itaipu pague a necessária indenização aos índios. À isso ainda se somam as ameaças de expulsão dos índios Trukã da Ilha de Assunção/PE.

O CIMI denuncia a crescente militarização da FUNAI que coloca em prática um programa de demissões de antropólogos e técnicos indigenistas para executar a sistemática ocupação do órgão por elementos das forças armadas num momento em que oficialmente se declara a volta dos militares aos quartéis.

Soma-se a isso a intervenção do Conselho de Segurança Nacional/CSN e do Serviço Nacional de Informação/SNI no órgão tutelar e a instrumentalização de universitários que participam do Projeto Rondon como informantes dos órgãos de segurança através de relatórios secretos, enquanto realizam seu trabalho nas áreas indígenas.

O presidente da FUNAI, o cel. Nobre da Veiga, declarou recentemente, que na sua gestão realmente nenhuma área indígena foi demarcada e que o Artigo 198 da Constituição, que ampara as terras dos povos indígenas, seria "duríssimo" e que ele o procura "amenizar" em benefício dos fazendeiros, já que não pode mudá-lo. Enquanto isso, o Ministro do Interior, cel. Mário Andreazza, faz mais uma promessa de demarcar as terras indígenas, desta vez através do exército e de satélites. Os povos indígenas porém necessitam de uma política indigenista que desça ao chão para demarcá-lo e não de satélites. Satélites são até desnecessários para identificar as fazendas que se instalaram nos territórios indígenas, pois todas, já há tempo, são do conhecimento da Presidência da República e da FUNAI, em parte até através das certidões negativas, que ela mesma forneceu.

Neste momento, os povos indígenas, a opinião pública, nacional e internacional, se levantam para exigir a suspensão da construção de um novo traçado genocida da BR-364, que extinguirá o povo Nambiquara. Em nome de Deus e de todos os homens de boa vontade apelamos aos responsáveis: não manchem as mãos e seus nomes com o sangue destes inocentes! Não matem este povo! Dentro do mesmo espírito deve-se também suspender a construção da BR-156 que atinge a Reserva Indígena do Rio Uaçá/AP, onde vivem os povos Galibi, Karipuna e Palikur.

Finalmente queremos chamar a atenção para o clima de terror que a política indigenista oficial cria em torno daqueles que levantam a voz em defesa dos povos indígenas. Assim ocorreu recentemente com as missionárias Gema Pivatto e Laurita Chitto, expulsas da aldeia de Morada Nova/AC contra a vontade dos índios Katukina; assim ocorreu com o coordenador do CIMI do Regional Norte II, Pe. Nello Ruffaldi, ameaçado de expulsão do país pelo procurador da República do Amapá, Caetano Amico; assim ocorreu com dezenas de missionários e indigenistas corajosos e responsáveis.

Unidos aos povos indígenas que lutam, na maioria dos casos, com as costas na parede e quase contra toda esperança, e aos missionários que se entregam ao trabalho de defender esses povos, o CIMI, inspirado pelo testamento do próprio Cristo, reafirma seu compromisso evangelizador de lutar para que os povos indígenas tenham condições de vida, "de vida em abundância".

Brasília, 15 de outubro de 1980